

A Noção de "Ideias Fora do Lugar" e a "Intuição" Antidualista no Pensamento Social e Político Brasileiro

Marco Antonio Perruso

Resumo: Revendo historicamente alguns elementos da produção intelectual nacional em obras clássicas do nosso pensamento social e político, rastreia-se noções que podem ser vistas como antecipatórias, quer ao paradigmático arsenal conceitual em torno das "ideias fora do lugar" de Schwarz, quer à "intuição nova" – por ele identificada – presente nas leituras antidualistas do Brasil realizadas pelo marxismo uspiano dos anos 1960. Assim, objetiva-se registrar panoramicamente percepções que refletiram e problematizaram contradições de classe da formação sócio-política e da cultura nacionais – iniciativa ainda pouco explorada no campo dos estudos do pensamento brasileiro.

Introdução

A respeito da classe social a que pertencia José de Alencar, escritor e político brasileiro de grande importância no Brasil do século XIX, Roberto Schwarz aponta, em seu notável ensaio *A importação do romance e suas contradições em Alencar*, que o estrato dos proprietários de terra:

[...] apreciava o progresso e as atualidades culturais, a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência. Não se trata de indecisão, mas de adesão simultânea a termos inteiramente heterogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso 'paternalismo esclarecido'. Estamos diante duma figura inicial daquela modernização conservadora cuja história ainda não acabou. [...] Alencar manifesta um fato crucial de nossa vida – a conciliação de clientelismo e ideologia liberal (...) (Schwarz, 1992, p. 49).

Nesta passagem exemplar sintetizam-se e imbricam-se duas fraturas, duas contradições fundamentais da trajetória social brasileira: o dualismo entre progresso e tradição, na realidade amalgamados na “modernização conservadora”, e a “ideia fora do lugar” que era o liberalismo professado numa sociedade localizada na periferia do capitalismo mundial. O registro, simultâneo e integrado, do dualismo enquanto aparente problemática estrutural brasileira e das “ideias fora do lugar” enquanto tensão do pensamento social e político e da cultura nacionais é característico da obra de Schwarz como um todo. E certamente deita raízes no itinerário das interpretações a respeito do país e de seu pensamento. Razão pela qual é útil rastrear alguns momentos do pensamento social e político brasileiro onde podem ser percebidas tanto observações críticas sobre o dualismo nacional quanto a

ênfase no desajuste – para os padrões europeus, ao menos – entre ideias e realidade social.

Para alguns analistas de seu pensamento, Schwarz alcança aquela simultaneidade e integração crítica entre dualismo e “ideias fora do lugar” na medida da localização da “questão no 'desenvolvimento desigual e combinado' do capitalismo, que indica também valer para as ideias” (Ricupero, 2013, p. 541). Como bem pontua Paulo Arantes (1996, p. 14) a partir de Antonio Candido, essa experiência intelectual brasileira que padece sob o senso-comum do dualismo nacional, experiência inerente à realidade das Nações periféricas, implica numa interpretação dualista do país, a qual é incapaz de integrar analiticamente as dimensões do moderno e do atraso existentes entre nós, resultando num singular enviesamento do pensamento brasileiro, registrado por Schwarz: “A dualidade por compartimentação ofuscava o nexos interno (de onde provinha o mal-estar) e bania a 'dialética' que entretanto não deixava de solicitar” (Arantes, 1996, p. 28).

Essa implicação mútua entre a compreensão crítica do dualismo, por meio de uma interpretação antidualista do Brasil, e o realce de uma dinâmica peculiar das ideias produzidas e manejadas por nossa intelectualidade e sociedade, pode ser então explorada. “Ideias fora do lugar” foi a expressão conceitual que tornou notória a reflexão sócio-cultural de Schwarz. Mas também foi importante sua observação a respeito da relevância, para o pensamento social e político brasileiro, da elaboração

de uma interpretação antidualista do país por parte do marxismo sociológico uspiano, em sua análise sobre o Seminário de Marx. Tratava-se de “uma intuição nova do Brasil”: “a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital” (Schwarz, 1998, p. 105).

É possível encontrar indícios dessa “intuição” antidualista antes que ela se desdobrasse em interpretações antidualistas mais consistentes ou completas em obras de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Francisco de Oliveira – os dois primeiros participantes do referido Seminário, os dois últimos em diálogo próximo com as obras a partir dele produzidas. Estas foram confeccionadas num contexto social de maior institucionalização acadêmica e de engajamento político-cultural na esquerda radical, desde fins dos anos 1950. Pode-se aventar que passagens de autores clássicos do pensamento brasileiro sejam consideradas antecessoras da construção analítica em torno das “ideias fora do lugar”.

Assim, o presente ensaio se dedica a compulsar e analisar preliminarmente registros no pensamento social brasileiro e mesmo em nossa cultura política, os quais sejam equiparáveis ora a uma leitura antidualista da sociedade brasileira, ora à noção de “ideias fora do lugar”.

Tais registros preliminares foram sendo recolhidos desde os primeiros anos da

década passada, por meio da experiência docente ao elaborar os programas das disciplinas obrigatórias da Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ “Pensamento Social e Político Brasileiro I” e “Pensamento Social e Político Brasileiro II” (bem como ministrá-las), em parceria com minha colega Aparecida Maria Abranches – da mesma forma com a disciplina optativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ “Sociologia da Cultura e dos Intelectuais”, com outra colega, Sabrina Parracho. Por ocasião do meu Pós-doutorado em Ciência Política na USP (2016-2017), sob supervisão de Bernardo Ricupero, recolho e examino estes e outros dados, utilizando a metodologia clássica dos estudos em ideias (análise de obras influentes e de trajetórias intelectuais), no bojo de minha pesquisa “A esquerda fora do lugar no séc. XXI: o pensamento brasileiro e seus lugares sociais”, em andamento.

Interessa, aqui, demarcar alguns momentos fundamentais da trajetória da reflexão sócio-política brasileira – consagradas no estado da arte da área e refletidas nas ementas de disciplinas como as citadas – e que possivelmente anteciparam a força crítica de um modo antidualista de pensar o Brasil, bem como da tese das “ideias fora do lugar” para analisar o pensamento brasileiro. O primeiro, capaz de dar conta do “desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha ao mundo”, a segunda, apta a explicar porque, entre nós, “o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha” (Schwarz, 2001, p. 77).

Dualismo e antidualismo no pensamento social e político brasileiro

A dominante – ou mais visibilizada – oposição entre o pensamento brasileiro vinculado ao Estado-Nação e o de orientação referida ao mercado se faz em boa medida por meio do confronto entre visões a respeito do que é e do que deve ser o moderno no Brasil. Sendo a meta comum para ambos a equiparação de nossa sociedade ao padrão capitalista desenvolvido europeu e estadunidense, as diferenças entre eles se concentram nos caminhos necessários para o país atingir este objetivo comum (Perruso, 2017, pp. 20-21). O trajeto propugnado pelos liberais pretende nos fazer similares desde já ao Primeiro Mundo – uma ocidentalização forçada, expondo nossa condição bárbara ao exterior como medida civilizatória (Vianna, 1991, p. 146; 149). Quanto ao caminho traçado pelo pensamento estatal-nacional, a receita consiste em sermos diferentes para podermos “chegar lá”, valorizando-se nossas particularidades. Daí decorrem leituras rivais não apenas a respeito do moderno entre nós, mas do que é evidência do atraso ou do tradicional em nossas terras. A imagem dual da sociedade brasileira, com um setor moderno e outro atrasado, configura o dualismo no pensamento social e político nacional.

Um exemplo claro de leitura dualista do país, no pensamento social e político brasileiro de vertente liberal, é o clássico *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, onde facilmente se verifica o emparelhamento entre as ideias de modernidade e de mercado, a consubstanciar uma solução para os dilemas nacionais (Perruso, 2017,

pp. 20-21). Já *Introdução à Revolução Brasileira* de Nelson Werneck Sodré ilustra o modelo dualista propugnado pelo pensamento estatal-nacional e pelo contíguo marxismo nacional-desenvolvimentista brasileiro – modelo que implica o protagonismo do Estado como solução para a modernização da Nação (Perruso, 2017, p. 24). Esses dois dualismos, o liberal e o estatal-nacional, mostram sinais invertidos quanto às significações de moderno e atraso – o que não deixa de ser sintoma de que ideias podem estar fora do lugar.

Necessário registrar que subjaz a ambas as interpretações dualistas do Brasil uma evocação evolucionista e mesmo cientificista, como se certa configuração típico-ideal de desenvolvimento do capitalismo (e da democracia burguesa) fosse o estuário inexorável de qualquer sociedade na modernidade. Com isso, tende a perder-se aquela já mencionada “peculiaridade sociológica e política do país” – problema de mesma ordem ocorre com leituras marxistas por demais universalizantes, que não integram dialeticamente tal peculiaridade “à história contemporânea do capital” (Schwarz, 1998, p. 105). No caso dos comunistas brasileiros pertencentes ao PCB, o imperativo evolucionista apenas ensejava que o desenvolvimento nacional não se detivesse no capitalismo, prosseguindo, teleologicamente, no seu sucessor, o socialismo. Similarmente, Bernardo Ricupero, partindo de Antonio Candido, considera que os comunistas latino-americanos eram cosmopolistas, como que inabilitados a compreender as especificidades de nossas

sociedades – justamente o que era ressaltado pelos populistas por serem localistas, um dos motivos pelos quais não davam atenção à ordem e ao movimento internacional do capital (Ricupero, 2015, pp. 89-91).

Arantes, em instigante análise, refaz a trajetória histórica do dualismo e de sua crítica no pensamento social e político e na cultura nacionais. O entranhamento do dualismo na consciência brasileira e latino-americana, desde Sarmiento e passando por Euclides da Cunha, seria de tal ordem que “antes de se tornar modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, [o dualismo] foi sobretudo expressão de uma experiência coletiva” (Arantes, 1996, p. 22).

O dualismo sempre fez parte de nossa cultura política, mas antes como “transcrição ideológica bem fundada na aparência” do que em perspectiva dialética, uma vez que dividia o Brasil em duas realidades distintas, estanques e isentas uma da outra: “uma tradicional, rural e patriarcal, outra moderna, urbana e burguesa” (Arantes, 1996, p. 23). O dualismo teria emergido claramente no séc. XIX, na medida em que uma visão positiva do Brasil como sociedade original e diversa da Europa (pertinente a um viés romântico ou tradicionalista no pensamento e cultura nacionais), isto é, a afirmação orgulhosa de nossa não-modernidade, vai perdendo força justamente para os imperativos liberal e estatal-nacional de modernização. Por conseguinte, a auto-imagem idílica de nossas primeiras camadas dirigentes se rompe em favor de um retrato particionado do Brasil.

Por volta da metade do séc. XX a interpretação dualista se fortalece com *Os dois Brasis* de Jacques Lambert e, a seguir, ao veio cientificista oriundo do positivismo do século XIX é adicionada a normatividade da sociologia funcionalista da modernização importada dos EUA, na qual nossa sociedade é cindida numa parte integrada e funcional e noutra residual, marginal, desajustada. O Brasil parecia então (como ainda parece para muitos) inacabado, incompleto. Obviamente a solução para este jeito de conceber os dilemas nacionais só poderia ser o empoderamento de nossa face moderna e a eliminação do nosso lado arcaico (Arantes, 1996, pp. 24-27). A lógica evolutiva e linear do progresso, na matriz liberal, impressiona pela semelhança com a confiança na sucessão de etapas do desenvolvimento nacional presente no pensamento alavancado pelo Estado-Nação. Igualmente assim procedia o marxismo ortodoxo, pecebista, que sempre teria sido pouco afeito ao raciocínio dialético (Arantes, 1996, p. 28).

De um modo geral, as teorias da modernização, a partir do estabelecimento de uma dualidade estrutural entre os setores moderno e arcaico das sociedades latino-americanas, propugnava uma transição, na qual estas eram concebidas como sociedades em desenvolvimento. A dualidade tradicional x moderna renovava a antiga oposição comunidade x sociedade em Tonnies (Cardoso e Faletto, 1975, p. 17).

Neste diapasão, avultam as teorias do desenvolvimento, que ajudaram a conformar uma verdadeira cultura política nacional-desenvolvimentista no Brasil e

na América Latina, entre os anos 1940 e 1960, bem como um pensamento social e político de grande vigor, que permanece relevante até os dias de hoje, mesmo oscilando em termos de audiência e prestígio.

Aquelas décadas presenciaram “um período de crença mais ou menos geral nas possibilidades (...) do desenvolvimento democrático e do desenvolvimento capitalista autônomo da América Latina” (Weffort, 1980, p. 82). Sobreposto à presença cada vez mais constante e combativa das “classes populares”, notadamente via movimento sindical, na cena política, emergiam e se consolidavam “temas dominantes” que evitavam enquadrar a questão social brasileira na típica ótica marxista da luta de classes (o que inclusive invisibilizava ou impedia o protagonismo daquelas classes): “ideias como *desenvolvimento, democratização e modernização*”, articuladas pelas “sociologias da modernização”, pelas “teorias do desenvolvimento econômico” e mesmo por “amplos setores da esquerda latino-americana que buscaram neste período orientar sua ação e seu conhecimento através da teoria da ‘revolução democrático-burguesa’” (Weffort, 1980, p. 92 – itálicos do autor).

Todavia, Francisco Weffort, como outros representantes do marxismo uspiano, não apenas criticava as leituras dualistas, inclusive as vigentes na esquerda brasileira, como vivenciava e recapitulava a derrocada do nacional-desenvolvimentismo por ocasião do golpe de 64 – da maneira que era possível a

quem combatia essa cultura política até então dominante: “parece claro que esta se encontra em encerramento e encerra-se, com algumas penas e poucas glórias, sem poder dar cumprimento aos projetos que engendrou” (Weffort, 1980, p. 82). A “intuição” antidualista identificada por Schwarz enfeixa em sua leitura um posicionamento político-intelectual que se opunha, simultaneamente, às visões liberal, populista (estatal-nacional) e pecebista a respeito do Brasil e de seu futuro, se posicionando radicalmente à esquerda no espectro político-ideológico.

O regime autoritário acabava com as ilusões desenvolvimentistas na superação do subdesenvolvimento: os “setores modernos e tradicionais não se justapunham como se imaginava, antes formavam um sistema em que se entrelaçavam os respectivos interesses” (Arantes, 1996, p. 35). A intensa movimentação social pré-64 e a ditadura militar permitiram visibilizar posicionamentos políticos mais afeitos a uma interpretação antidualista do Brasil, os quais já tinham, inclusive, uma história relativamente longa na esquerda nacional.

Mas o raciocínio de lógica antidualista ficou restrito, no campo propriamente político, aos minoritários agrupamentos trotskistas nacionais. Em conformidade com a tese do “desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos”, provável inspirador de boa parte de leituras antidualistas no Brasil, se:

[...] constatava que a burguesia deixara, havia muito, de ser

revolucionária e se tornara conservadora, o que a impossibilitava de realizar tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e semicoloniais, tarefas que ficavam reservadas ao proletariado (Karepovs e Marques Neto, 2007, pp. 119-120).

Foi nesse balizamento que Mário Pedrosa e Lívio Xavier, opositoristas de esquerda no PCB, produziram em 1931 o *Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil*, o qual analisa, entre outras questões relativas à “especificidade da formação brasileira sob o ponto de vista marxista”, “as características do capitalismo brasileiro, os impasses da centralização do poder no federalismo brasileiro”, o fato de “o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras” ter resultado “em uma centralização do aparelho de Estado”. Impressiona que esta remota reflexão antidualista – que não opõe mercado a Estado, nem aposta num ou noutro como moderno capaz de nos redimir de nosso atraso – conduza a um juízo tão significativo sobre a longeva força do Estado-Nação na história brasileira, por intermédio de uma análise de classes de nossa sociedade. Assim, ela prenunciou certas formulações antidualistas:

Esse texto será a base de interpretação política dos trotskistas brasileiros durante muitos anos, e, décadas depois, suas teses serão retomadas por intelectuais do meio acadêmico para explicar e compreender a chamada 'revolução de 1930' (Karepovs e Marques Neto, 2007, p. 130)

Em localização diversa da dos marxistas no campo intelectual brasileiro, Victor Nunes Leal, em sua obra clássica *Coronelismo, enxada e voto* (de 1948), demonstra que o liberalismo brasileiro pode revelar que atraso e moderno são muito menos distantes entre nós do que supunha seu contemporâneo Faoro. Ao propor pioneiramente a relação simbiótica – “um compromisso, uma troca de proveitos” (Leal, 1978, p. 20) – entre o moderno, o poder público localizado nos principais centros urbanos, e o tradicional, o coronel dominante nos rincões rurais, Leal como que antecipa uma perspectiva antidualista na interpretação do Brasil. E mais claramente ele assim procede quando julga negativamente antes o poder público que o coronel, que seria dotado de alto espírito público nas condições sócio-políticas coronelistas (Leal, 1978, p. 37). A referida simbiose, seja como observação crua da realidade, seja como artefato analítico, inviabilizava a maneira compartimentalizante de conceber moderno e arcaico com que operava o raciocínio dualista.

Entrando no terreno da “intuição nova” propriamente indicada – e compartilhada – por Roberto Schwarz, desenvolvida por seus professores e contemporâneos da USP, é possível destacar as reflexões de Fernando Henrique Cardoso, a quem Arantes (1996, p. 35) confere o mérito de demonstrar a inexistência da burguesia nacional em nossa formação social, negando as teses nacional-desenvolvimentistas compartilhadas por populistas e pecebistas. No caso de seu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, é viável pontuar a

proximidade com o raciocínio de Leal, aplicado a outro objeto, contudo. Fernando Henrique Cardoso observa a suposta contradição praticada pela moderna burguesia industrial brasileira, quase sempre desejosa de apoio do Estado e que, apesar de nele ancorada, da eventual ineficiência privada e do tradicional paternalismo na relação direta com os trabalhadores, prosseguia com suas diatribes pró-mercado e suas críticas à interferência estatal na economia (Cardoso, 1972, pp. 128-129; 139; 158). De modo que, desconstruindo “a ingenuidade dos progressismos correntes” (Schwarz, 1998, p. 105), Fernando Henrique Cardoso conclui:

[...] a modernização da economia brasileira fez-se exatamente pelo aproveitamento e redefinição paulatina de formas tradicionais de comportamento econômico, passadas no crivo das aspirações coletivas modernizadoras (Cardoso, 1972, p. 185).

Lógica similar se verifica na obra clássica de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, cuja escrita data justamente de 1964. Nela, a autora expõe e explica como os membros de nossas classes dominantes agiam num registro racional entre si, mas procediam em termos morais para com as camadas sociais dependentes sob o regime da grande propriedade de terra. A coexistência funcional entre dinâmicas societárias e comportamentais opostas, moderna e arcaica, podia ser rompida conforme as mudanças nas relações de dominação/dependência, permitindo todavia uma significativa liberdade daquelas classes em transitar entre

formas modernas e tradicionais de predomínio social (Franco, 1976, pp. 106-107).

Com Francisco de Oliveira talvez se consagre uma interpretação antidualista a respeito da sociedade brasileira. Seu ensaio *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972) reflete o impacto do golpe de 64 e a intensa movimentação política daquele período (Perruso, 2013). Nele é apresentada com contundência uma compreensão do Brasil a partir do amálgama entre tradicional e moderno. Indo além das teorias da dependência, que constatarem ser dependente nossa industrialização e ambígua a condição do subdesenvolvimento (Cardoso e Faletto, 1975, p. 37), Oliveira postula o desenvolvimento não como carência, mas produto do movimento internacional do capital. O atraso não constitui entrave ao moderno, pelo contrário, é “parte integrante do seu processo de reprodução”, o segundo “cresce e se alimenta” do primeiro (Arantes, 1996, p. 36).

Por isso não seria possível – como imaginava singelamente nossa sociologia desenvolvimentista, bem como grande parte do pensamento brasileiro (Arantes, 1996, p. 15; 20) – a simples remoção dos obstáculos legados pelo atraso para se garantir o desenvolvimento nacional e a modernização, uma vez que atraso e moderno andam sempre juntos, cada um deles não constitui aspecto ou setor isolado em relação ao outro.

Como já visto, do lado de setores sociais e intelectuais identificados mais à esquerda afloravam críticas, embora desiguais, aos esquemas dualistas. Tais críticas

possuem entre seus antecedentes a proposição de vanguarda dos modernistas brasileiros em torno das vantagens do atraso. Se Prado Jr. foi um dos pioneiros nesta seara, ainda que em suas obras possa ser observado o dualismo orgânico x inorgânico (o qual, contudo, se referia a setores interligados – Ricupero, 2015, p. 51), a sociologia marxista uspiana avançou na direção antidualista, consubstanciando a “intuição nova” proclamada e seguida por Schwarz. Florestan Fernandes concebia uma dualidade estrutural vigente em nossa história desde 1822: a convivência de uma base produtiva não-moderna com as formas modernas/legais de poder de uma Nação independente – configurando nosso padrão capitalista dependente e subdesenvolvido (Ricupero, 2015, p. 52; 56). Em outra frente, enquanto a CEPAL mantinha e sofisticava o dualismo, Celso Furtado operava com o conceito de dualismo estrutural, que evocaria em menor grau a ideia de compartimentalização inerente a todo raciocínio dualista (Arantes, 1996, pp. 24-30).

O golpe de 64, portanto, propiciou maior audiência e legitimação para uma lógica antidualista no pensamento e na política nacionais. Dissipavam-se as ilusões em torno de uma superação do subdesenvolvimento que contasse com a burguesia nacional, pois os interesses dos setores burgueses modernos se mostravam entrelaçados aos dos nossos setores tradicionais, como entendia Fernando Henrique Cardoso. Revelava-se, inicialmente por intermédio das teorias da dependência, que nossa industrialização poderia prosseguir sem que fosse deixado para trás o atraso

ou o subdesenvolvimento. O que parecia nos faltar não era fruto de insuficiência do desenvolvimento, mas resultado dele. O fato de a ditadura militar estar comandando a consolidação de nosso parque industrial, promovendo uma “modernização conservadora”, provava que nossas disparidades sócio-econômicas e políticas remetiam antes à coerência que a desajuste. De toda maneira, o desvendamento do dualismo pelas ciências sociais brasileiras requalificava a originalidade da sociedade nacional; nas palavras de Weffort: “a radical originalidade da América Latina dentro dos marcos do sistema” (– 1980, p. 97, em consonância com o diagnóstico maior de que o capitalismo mundial se expandia sem uniformidade, fazendo necessariamente derivar na periferia experiências societárias diversas das dos centros hegemônicos (Arantes, 1996, pp. 33-38).

Outro período favorável a ajudar a ensejar intuições e interpretações antidualistas do país foram as décadas finais do século XIX, que viram o fim da escravidão, a crise do Império e o nascimento da República. É quando Machado de Assis vai traduzindo literariamente a impossibilidade ou a farsa da modernização entre nós, como Schwarz demonstrou (Arantes, 1996, p. 20). Com o avanço do trabalho assalariado e do capitalismo, nossa face arcaica não ia embora – mas havia quem decifrasse dialeticamente a “coexistência disparatada de etapas incompatíveis” (Arantes, 1996, p. 33).

Partindo de uma interpretação antidualista do Brasil, ressaltada por Schwarz,

é possível recolocar determinados tópicos levantados por representantes importantes do pensamento social e político brasileiro. Tanto o dualismo liberal exemplificado por Faoro como o dualismo estatal-nacional (distribuído à direita e à esquerda do espectro político operado pelo senso-comum) podem ser questionados quanto à possibilidade de suas ênfases analíticas, aparentemente excludentes, no mercado e no Estado-Nação expressarem tão somente momentos ou aspectos, diferentes mas interligados, da trajetória de nosso capitalismo.

Weffort e Francisco de Oliveira trazem evidências adjacentes neste sentido: o primeiro apontando o fato de o populismo ter sido hegemônico em nossa sociedade justamente quando nossa industrialização avançava impulsionada em boa medida pelo capital internacional, isto é, pelo imperialismo (Weffort, 1980, pp. 37-39); o segundo, destacando que essa industrialização se fez após a Segunda Guerra Mundial, em cenário completamente desfavorável à substituição de importações tão cara às políticas econômicas nacional-desenvolvimentistas (Oliveira, 1972, pp. 33-34).

Por sua vez, a rigorosa crítica liberal de Faoro (1958, pp. 264-265) às práticas políticas de ordem clientelista identificadas com o intervencionismo e excesso estatais pode ser desconstruída na medida em que tais práticas não seriam exclusividade dos agentes políticos identificados com o Estado-Nação: o liberalismo no poder reproduziria o mesmo padrão de comportamento político – como, aliás, a consciência popular intui. Tal dualismo seria dissolvido pelo reconhecimento de que

nossos defensores do mercado sempre se aconchegam na institucionalidade estatal, ao mesmo tempo que esta opera normalmente em prol do incremento do nosso capitalismo – em decorrência disso, também, em algum grau razoável, do mercado. Como bem explica Luiz Werneck Vianna (1991, p. 147), nossos liberais/americanistas responsabilizam, pelas mazelas brasileiras, o que há de ibérico – estatal-nacional – entre nós, “frequentemente omitindo que, aqui, o moderno burguês foi fruto de uma política muito bem-sucedida visando extrair vantagens dele, do que é exemplo a obtenção da lealdade das classes subalternas do campo através do sistema político do coronelismo”. Daí também a afinidade não-assumida entre liberalismo brasileiro e Estado-Nação, “sob o estigma da ordem e da autoridade” (Vianna, 1991, p. 149).

Afinidade recorrentemente desvendada por intuições, novas ou antigas, de matiz dialético, propriamente antidualista. E no caso do Seminário de Marx, promoveu-se uma mudança significativa e duradoura na trajetória do pensamento brasileiro (Schwarz, 1998, p. 105).

“Ideias fora do lugar” no pensamento social e político brasileiro

A longeva percepção da dualidade na sociedade brasileira, centrada na distinção entre tradicional e moderno, muitas vezes veio acompanhada, na cultura e no pensamento nacionais, por outra observação: a de que haveria alguma dissonância singular entre o plano das ideias sociais e políticas e nossa realidade.

Dissonância esta que apontaria para uma relação diversa da esperada entre pensamento brasileiro e sociedade brasileira. Ou, ao menos, uma relação diversa da vigente entre pensamento e sociedade na Europa e nos EUA, polos hegemônicos do capitalismo mundial.

Na perspectiva de operar com uma relação singular, brasileira ou latino-americana, entre ideias e realidade social, a tese das "ideias fora do lugar" de Schwarz parece ser a formulação mais profícua intelectualmente no atual estágio das pesquisas sobre pensamento e cultura nacionais. A formulação schwarziana pode se relacionada aos pares opositivos clássicos no marxismo, quanto à determinação ou condicionamento das ideias: infraestrutura-superestrutura ou ser-consciência.

Arantes, em sua recapitulação da trajetória do dualismo entre nós (revista na parte anterior do presente ensaio), indica que um correlato mal-estar de nossos intelectuais com a cultura ou a sociedade brasileira remonta pelo menos a Joaquim Nabuco (Arantes, 1996, pp. 14-15). Já Ricupero (2013, p. 528) registra "um sentimento de despropósito bastante difuso no século XIX e posteriormente em relação à vida ideológica brasileira".

Para Schwarz, "Nabuco, o europeizante", ao tratar da realidade social brasileira, punha "o dedo em fraquezas reais, mas para escondê-las" (Schwarz, 1992, p. 31; 32), expressando assim a contraditoriedade intrínseca de ideias cuja performance não podia ser a mesma da de seu local de produção original, apesar do

imperativo universalizante com que eram aqui recepcionadas. O que resultava num "andamento denso de revolta e de profundo conformismo – a indignação do bem-pensante – que não é só de Alencar" (Schwarz, 1992, p. 34), mas de todo brasileiro do século XIX que tivesse acesso à socialização educacional e cultural.

Arantes na verdade recua um pouco mais no tempo: o sentimento de inadequação, "entre duas realidades", "entre dois níveis de cultura", não obstante, podia desdobrar-se na tentativa de incorporação da rusticidade colonial e da aclimação da civilização europeia (Arantes, 1996, p. 16). Certamente tal sentimento estava associado à crescente trajetória de contradições por que passava o Brasil colonial, tão bem descrita por Caio Prado Jr., como que assentando a descrição de nossa infraestrutura a que correspondia nossa superestrutura "fora do lugar": "Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio" (Prado Jr., 2011, p. 356).

Com Raymundo Faoro, mesmo nosso liberalismo, usualmente corporificação e alvo daquele "sentimento de despropósito", formula a respeito, colocando em jogo e comparação o plano das ideias e o da realidade social nacional, em chave simultaneamente dualista e eurocêntrica: "Formam-se duas sociedades justapostas – uma, cultivada e letrada, a outra, primária, com estratificações sem simbolismo telúrico." Desenvolve-se "o drama de homens sem raízes, oscilando, como

fantasmas, entre a cultura de sua gente, que lhes marca o temperamento inconsciente, e a cultura europeia, que lhes forma a camada intelectual do pensamento" (Faoro, 1958, p. 268).

Com relação ao pensamento brasileiro de embocadura estatal-nacional, registros significativos também podem ser elencados no que tange às incoerências existentes entre pensamento e sociedade no Brasil. Sem dúvida a dualidade "país real x país legal", formulada por pensadores anti-liberais desde fins do século XIX, é a manifestação e formulação mais importante neste sentido, ainda que enfatizadora do plano institucional antes que do das ideias. Sem poder me deter neste ponto, que exigiria exame mais cuidadoso de tema já investigado, trago outro exemplo, sem coloração conservadora – pelo contrário. Nelson Werneck Sodré estabelece que, no caso brasileiro, a pequena-burguesia é anterior historicamente à burguesia, promovendo aquela a importação, para nossa cultura, das modernas ideias produzidas pela burguesia europeia original (Sodré, 1967, p. 234). Sendo assim, ele acaba estipulando que poderia não haver paralelo entre Brasil e Europa, no que tange às correspondências entre classes sociais e ideias/ideologias. Consideração que pode ser proposta como intuitivamente antecipatória em relação à categoria "ideias fora do lugar".

Tratando especificamente de nossos dilemas, Arantes (1996, p. 9) chama atenção para a "dialética de localismo e cosmopolitismo" de Antonio Candido, por

meio da qual verifica-se na cultura e pensamento nacionais uma espécie de tensão entre autenticidade ou enraizamento das ideias, por um lado, e importação cultural por outro. Em tal dialética brasileira (e certamente latino-americana), se dá “de um lado consumo acelerado, do outro desajuste entre esta mesma opinião lábil e a inércia de relações sociais herdadas da Colônia”, resultando em “desgaste instantâneo por falta de atrito com a realidade” (Arantes, 1996, p. 13). Esta dualidade particular no plano do pensamento brasileiro problematiza em boa medida o lugar social das ideias entre nós. Os liberais, face à ambição universalista do mercado enquanto espaço societário por excelência das interações individuais e sociais, tendem a considerar de modo negativo nossa realidade e suas expressões culturais autóctones, diante da “superioridade” das ideias e ideologias modernas. Já os setores impulsionados intelectualmente pelo Estado-Nação costumam perfazer a operação contrária, considerando inadequadas as ideias importadas, notadamente os valores e instituições da democracia burguesa, que nos remetem ao “país legal”, o qual não se encaixa no “país real” – os fundamentos econômicos, sociais, políticos e culturais nacionais, aos quais é conferido privilegiamento epistemológico e, portanto, é reconhecida precedência ontológica. Ao que parece, tal oscilação teria sua gênese no Brasil recém-independente, pois este necessitava, simultaneamente, se afirmar enquanto Nação original e se ombrear às demais nações (Arantes, 1996, p. 19).

Muitos dos nossos modernistas reagiam a essa dialética sem escolher

necessariamente lado, isto é, sem recair em dualismo. Ainda segundo Arantes (1996, p. 15), combatendo aquele mal-estar supramencionado, que trazia embutida uma sensação de inferioridade nacional, Mario de Andrade confiava que o sentimento brasileiro iria acrescentar-se às ideias europeias. Trata-se aqui da vantagem da periferia ou do atraso na versão modernista definida por Candido como “desrecalque localista” – o qual busca um equilíbrio entre o universal e o nacional/local. Melhor dizendo, “alternância de complementaridade, divergência e equilíbrio” entre local e universal, entre o “dato local” e o “molde europeu” na cultura e sociedade brasileiras, “um processo dual portanto de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular” (Arantes, 1996, p. 17).

Bolivar Lamounier (1977, p. 346) lança outro olhar para essa questão ao notar um pressuposto recorrente no pensamento social e político brasileiro: a de nossa incompletude, a impressão que sempre falta algo na sociedade e nas classes sociais nacionais. Seja à direita - a percepção de invertebração ou amorfismo em nossa sociedade civil, classes e grupos sociais - ou à esquerda – a falta de coesão, organização, experiência ou consciência de nossas classes populares – costumou-se imputar à sociedade brasileira uma deficiência, congênita ou de desenvolvimento (que só o mercado ou o Estado-Nação resolveriam, por óbvio). Tal percepção sempre operou realizando uma comparação – em que sempre saímos perdendo – com a

trajetória da sociedade civil e das classes modernas na Europa. Daí o dualismo e o mal-estar ideológico. Resulta disso que não se analisa propriamente como se dá a trajetória singular da sociedade e pensamento nacionais. A partir da crítica de Lamounier a este eurocentrismo analítico, pode-se indagar se é profícuo analiticamente supor de antemão que nossa trajetória, enquanto periferia do capital, deveria repetir a das sociedades hegemônicas. Em outras palavras: melhoramos nossa autocompreensão ao usarmos como baliza os outros que tendemos a tomar como modelares?

Com Schwarz talvez se complete uma certa trajetória do pensamento brasileiro, que paulatinamente abandona reflexões dualistas a respeito de nossa sociedade e de nosso próprio pensamento. A partir dele e de outros intelectuais, a reflexão a propósito de nossa realidade deixou de ser comparada privilegiadamente com uma modernidade típico-ideal observada – ou imaginada – nas sociedades chamadas desenvolvidas. O que quase sempre teve como resultado, em algum nível, a desconsideração da singularidade de nossa caminhada histórica.

Sua tese das “ideias fora do lugar” certamente é incômoda, simultaneamente, para as vertentes do pensamento brasileiro que interpretam de modo dualista nossa sociedade, a partir dos paradigmas do mercado e do Estado-Nação (Perruso, 2017, pp. 20-21).

Para o liberalismo, as “ideias fora do lugar” enfatizam em demasia a

particularidade das sociedades periféricas como a brasileira e a latino-americana. Por conseguinte, rompe-se a pretensão de universalidade da modernidade ou problematiza-se a necessidade de sermos iguais às sociedades desenvolvidas, tomadas sempre como modelares, como destinos necessários de todo progresso, a serem forçosamente almeçados por todos nós. A teleologia aqui é nítida. Seria este o caso da crítica de Sérgio Paulo Rouanet à conclusão de Schwarz no sentido de que “os países do capitalismo periférico veem o mundo de um modo radicalmente outro, porque sua 'realidade' é outra” (Arantes, 1996, pp. 50-51). Embora por ocasião desta passagem Arantes chame atenção para as afinidades de Rouanet com o cepalismo e o dependentismo, creio ser mais forte nele a identificação com o racionalismo iluminista e liberal, marcado por um universalismo que resiste aos fundamentos da tese de Schwarz, por supor uma uniformização realizável de toda modernidade. Na verdade, a crítica do dualismo subjacente às ideias fora do lugar produz “desconforto que provoca a lembrança da modernidade recalcitrante que nos distingue” (Arantes, 1996, p. 52). Ademais, segundo Ricupero (2013, pp. 540-541), a tese de Schwarz deve ser lida também na chave da chamada vantagem do atraso, pois ao pensamento elaborado nas sociedades periféricas seria possível apreender com mais facilidade o que Arantes (1996, p. 89) nomina como “a fratura constitutiva da normalidade moderna”.

Para o pensamento brasileiro de orientação estatal-nacional, o incômodo não é

absoluto como o dos liberais, mas também é grande. Conforme entende Ricupero, seguindo a classificação de Brandão (2005), nossos idealistas orgânicos percebem notavelmente o “despropósito” corrente na “vida ideológica brasileira”. Mas, enquanto eles dualisticamente imputam o fenômeno à inadequação da institucionalidade liberal à nossa realidade social (“país legal x país real”), “Schwarz enfatiza a diferença entre a estrutura socioeconômica brasileira e a dos países que nos servem de modelo” (Ricupero, 2013, p. 528). Essa vertente populista e desenvolvimentista, a par da formulação de um caminho próprio para a modernidade, conserva, no entanto, a finalidade, o modelo a ser perseguido: a “ordem liberal burguesa” de Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 50). É mantida, pois, uma referência apologética desta modernidade dita desenvolvida. Como a ancoragem analítica se dá em função do Estado-Nação, a importação das ideias é privilegiada epistemologicamente em detrimento das relações sociais e econômicas, de classe, vigentes entre nós – as quais, em Schwarz, envolvem uma outra relação entre sociedade e pensamento, típica da periferia do capitalismo mundial. Nos termos de Arantes (1996, p. 101), um ponto de vista próprio da experiência intelectual brasileira. Por outro lado, Schwarz, assim como Candido, percebia que nossa sociologia desenvolvimentista pré-64 possuía “a sensação de [o Brasil] estar fora de eixo em relação a um mundo do qual entretanto somos parte” (Arantes, 1996, p. 15).

Por isso mesmo, Wanderley Guilherme dos Santos (1978, pp. 51-52), já nos anos 1970, reconhece que “permanecia na penumbra da retórica” de liberais e anti-liberais brasileiros do século XIX, subjacente às divergências entre eles que comandavam a dinâmica política no Império, “a pedra de toque da ordem prevalecente – o trabalho escravo”. Talvez influenciado por Schwarz, ele ressalta uma dissonância fundamental entre retóricas e ideologias políticas, por um lado, e estrutura sócio-econômica, por outro. Não por acaso, Wanderley Guilherme dos Santos privilegia a dimensão realista, prática, da efetivação das ideias no mundo social, deixando de focar apenas a coerência ou universalidade das premissas e lógicas teóricas das mesmas (Santos, 1978, p. 67).

No interior da reflexão marxista nacional a respeito do país e de sua história, há controvérsias em relação às “ideias fora do lugar”. Sem pretender revisá-las, menciono-as a título de contextualização, na medida em que a recepção da tese schwarziana ajuda a compor a trajetória da noção por entre nosso pensamento e campo intelectual. As críticas a ela são de ordens diversas: algumas duvidam da disfuncionalidade do liberalismo no Brasil; outras apontam as compatibilidades entre escravidão e liberalismo (Ricupero, 2013, p. 530; Arantes, 1996, pp. 46-50; 80-81). Não se trataria, porém, de disfuncionalidade, mas de uma outra funcionalidade desempenhada pelo liberalismo entre nós. O entendimento de que o liberalismo seria o mesmo ou igualmente hegemônico dos dois lados do Atlântico, como na

emblemática e pioneira crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco a Schwarz, incorreria no equívoco de unidimensionar o capitalismo, que tenderia a ser igual no centro tanto como na periferia (Arantes, 1996, pp. 46-50).¹ Com isso, perde-se de vista justamente a especificidade da formação e trajetória brasileiras, ainda que subordinada à ordem do capital. Quanto à segunda argumentação, difícil ignorar a evidência de que o liberalismo na Europa se opôs ao feudalismo e nos EUA enfrentou a escravidão, ao passo que aqui ele relutou muito em fazer o mesmo. De mais a mais, a escravidão pode ter sido compatível antes com o capitalismo (ou, mais provavelmente, com o mercantilismo) que com uma de suas traduções ideológicas, o liberalismo – este, porém, não é a única ideologia possível a expressar tendências e configurações do capitalismo: nacionalismo, autoritarismo e outras correntes de pensamento também são aptas neste sentido.

Historiadores como Emília Viotti da Costa e Sidney Chalhoub também manifestam reservas significativas às “ideias fora do lugar”. A primeira aponta os diferentes chãos sociais e de classe do liberalismo europeu (ocidental) e brasileiro (colonial), o que impedia o nosso de se contrapor à escravidão (Costa, 1999, pp. 30-31; 59; 166) – convergindo com a noção schwarziana. Todavia, para ela teria escapado a Schwarz a capacidade de o liberalismo nacional ser uma “arma ideológica” de

1 Trata-se de *As ideias estão no lugar*, publicada em Cadernos de Debates, n. 1, de 1976, revista editada pela Brasiliense.

nossas elites “na luta contra o sistema colonial” (Costa, 1999, pp. 134-135). O que só poderia ser compreendido relacionando “a retórica com a prática liberal” e tendo em conta que “seu principal desafio foi transformar a teoria em prática”. (Costa, 1999, p. 132; 133, respectivamente) Nesse ponto, ela repõe o nacionalismo metodológico que justamente Schwarz quer evitar: “os princípios liberais apareceram como justificativa teórica dos movimentos revolucionários em prol da emancipação política do país” (Costa, 1999, p. 136). Já Chalhoub vai por outro caminho. Para ele, Schwarz formulou as “ideias fora do lugar” sem que houvesse ainda uma historiografia social da escravidão no Brasil, de forma que acaba prevalecendo “uma definição abstrata de liberalismo que não aconteceu em lugar nenhum”. Assim, Schwarz não teria percebido a inexistência da contradição em tela em nossa sociedade: “se defendia a escravidão em nome do liberalismo”. Este argumento de ordem fenomenológica leva o historiador carioca a criticar o sociólogo uspiano por reincidir no “paradigma da ausência”, que julga a nós periféricos pela “régua da história do centro” (Cury, Flores e Behar, 2009, p. 195). No presente ensaio entende-se exatamente o oposto: Schwarz propõe uma nova régua teórica marxista para medir a interface entre classes sociais e pensamento na periferia.

Florestan Fernandes em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil* aponta que nossa “burguesia sentiria atração pela oligarquia, seu horizonte cultural sendo basicamente o mesmo” (Ricupero, 2015, p. 58). Com este tipo de raciocínio, volta a

reforçar-se a ausência ou a impossibilidade de um liberalismo que operasse, de fato, à maneira europeia em nossa sociedade. Não seria possível haver burguesia no Brasil que estivesse em rota de colisão com a grande propriedade de terra – como entendia e desejava o nacional-desenvolvimentismo professado por populistas e pecebistas.

À conclusão similar chega Luiz Werneck Vianna (1991, p. 156; 169), ainda que em outra abordagem, ao afirmar que nossas elites de origem ibérica eram sintonizadas com o liberalismo moderno mas se mostravam incapazes de colocá-lo em prática no plano político da construção institucional. Quando ensaiavam fazê-lo, o máximo de resultado que obtinham consistia em ameaçar a estabilidade do Estado-Nação brasileiro. Assim, ele finaliza de maneira um tanto aproximada à tese de Schwarz: “o americanismo fica como uma ideia sem lugar” (Vianna, 1991, p. 170), asseverando que “não pode haver o americanismo sem uma história à americana” (Vianna, 1991, p. 181).

Conclusão

Interpretações antidualistas sobre o Brasil e pesquisas em torno do pensamento brasileiro realizadas sob o prisma analítico das “ideias fora do lugar” foram muito influentes nas reflexões sócio-políticas nacionais e especificamente nos estudos acadêmicos sobre a intelectualidade brasileira desde os anos 1980. Tal

situação parece ter começado a mudar na década seguinte, no quadro da falência do "socialismo real" representado pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da União Soviética. O prestígio do marxismo parecia declinar nos meios intelectuais e universitários, embora o caso brasileiro possa ser uma exceção à época.

No que tange particularmente às "ideias fora do lugar", Ricupero propõe que um certo clima intelectual comum ao período histórico iniciado nas décadas seguintes, genericamente identificado com a globalização, passou a dificultar a recepção de argumentações baseadas na tese clássica schwarziana (Ricupero, 2013, pp. 537-538). Ofereço uma outra razão, ou hipótese, para complementar a explicação desse fenômeno. Ela é referida à trajetória nacional do nosso pensamento social e político e da nossa cultura. Se os estertores da escravidão e o advento da República no final do século XIX ajudam a explicar o advento da literatura de um Machado de Assis; se a agitação política, social e cultural dos anos anteriores e posteriores à Revolução de 1930 contextualizam a emergência de uma obra como *Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil* (de Mário Pedrosa e Lívio Xavier), de um intelectual como Caio Prado Jr. e de um movimento cultural como o dos modernistas; e se a derrocada do populismo e do nacional-desenvolvimentismo em 1964, a resistência à ditadura militar e a subsequente reconstrução dos movimentos populares assentaram as bases para o surgimento de uma nova esquerda radical brasileira (expressa no PT), para o desenvolvimento de maduras interpretações

antidualistas do marxismo acadêmico (não apenas o uspiano) a respeito do país, e para a invenção das "ideias fora do lugar" por Schwarz; que situação temos agora? Na atual conjuntura em que vivemos, da crise do chamado lulismo após seus anos de triunfo em décadas passadas, do caos bolsonarista e dos atuais desafios ao neodesenvolvimentismo lulista (apesar de o PT ter nascido se opondo ao populismo), que mudanças virão em nosso pensamento social e político? Estão surgindo movimentos e articulações de extração popular, nas bases da sociedade brasileira, que inspirarão avanços no pensamento e cultura nacionais, como nos períodos anteriores?²

Na inter-relação entre sociedade e intelectuais, notadamente em momentos de crise como a que hoje vivemos, pode-se esperar mudanças e novidades no pensamento brasileiro, como a descrita por Schwarz por ocasião do Seminário de Marx: "Passando por cima da convicção dos autores, a pesquisa acadêmica radical ia delineando um quadro irresolvido, de difícil interpretação, que ainda vale a pena interrogar" (Schwarz, 1998, p. 109).

² Parece que estamos, desde 2016, presenciando um retorno ao dualismo e uma tentativa de "recolocar" as ideias no lugar. De parte do liberalismo brasileiro, por meio de um reacionarismo elitista e da aposta individualista no mercado como ente modernizador e redentor do Brasil. De parte da tradição estatal-nacional, a esperança modernizante no Estado-Nação como estimulador do capitalismo brasileiro, que já fracassara em 64, é retomada com o desenvolvimentismo lulista, agora após Temer e Bolsonaro. E mesmo velhas fórmulas dualistas são resgatadas: "O que há de mais comum e natural é o contraste entre o aparato jurídico-político moderno com uma sociedade que é muito atrasada, e a ideia de que existe um descompasso muito grande entre as duas coisas. Entre aquilo que podemos chamar de país real e aquilo que chamamos de país legal" (Lynch, 2015).

Bibliografia

Arantes, Paulo (1996). *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Brandão, Gildo Marçal (2005). "Linhagens do pensamento político brasileiro", *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 48(2), pp. 231-269.

Cardoso, Fernando Henrique (1972). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL.

Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo (1975). *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Costa, Emília Viotti (1999). *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP.

Cury, Claudia Engler; Flores, Elio Chaves e Behar, Regina Maria Rodrigues (2009). 'História, literatura e legados historiográficos: entrevista com Sidney Chalhoub', *Saeculum – Revista de História*, 20, pp. 183-201.

Faoro, Raymundo (1958). *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1976). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática.

Karepovs, Dainis e Marques Neto, José Castilho (2007). "Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)" in Ridenti,, Marcelo e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.) *História do Marxismo no Brasil vol. 5 – partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Ed. UNICAMP.

Lamounier, Bolivar (1977). "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação" in Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira – o Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL.

Leal, Victor Nunes (1978). *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Lynch, Christian (2015). 'Há um descompasso entre o país legal e o país real', *Gazeta do Povo*, 07 outubro [online]. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/entrevistas/ha-um-descompasso-entre-o-pais-legal-e-o-pais-real-90707uy7s128gfegg42ub6ujy> (Acessado em: 22 agosto 2017).

Oliveira, Francisco de (1972). "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, 2, pp. 3-82.

Perruso, Marco Antonio (2013). "Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP", *Caderno CRH*, 26(67), pp. 179-192.

Perruso, Marco Antonio (2017). "Reverendo mapeamentos do pensamento brasileiro", *Em Tese*, 14(1), pp. 12-30.

Prado Jr., Caio (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. das Letras.

Ricupero, Bernardo (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34.

Ricupero, Bernardo (2015). "Florestan Fernandes e as interpretações do Brasil" in Cepêda, Vera Alves e Mazucato, Thiago (orgs.) *Florestan Fernandes 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ed. UFSCAR.

Ricupero, Bernardo (2013). "O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos", *Sociologia & Antropologia*, 3(6), pp. 525-556.

Santos, Wanderley Guilherme dos (1978). "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa" in *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades.

Schwarz, Roberto (2001). "As ideias fora do lugar" in *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra.

Schwarz, Roberto (1992). "A importação do romance e suas contradições em Alencar" in *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4a. ed. São Paulo: Duas Cidades.

Perruso, Marco Antonio. *A Noção de "Ideias Fora do Lugar" e a "Intuição" Antidualista no Pensamento Social e Político Brasileiro*,

Schwarz, Roberto (1998). "Um Seminário de Marx", *Novos Estudos Cebrap*, 50, pp. 99-114.

Sodré, Nelson Werneck (1967). *Introdução à Revolução Brasileira*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Vianna, Luiz Werneck (1991). "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos", *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 34(2), pp. 145-189.

Weffort, Francisco (1980). *O populismo na política brasileira*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.